



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ
Secretaria Municipal de Logística e Compras
Superintendência da Secretaria de Logística e Compras
Diretoria de Licitações
Gerência de Licitações
Rua Neo Alves Martins, 2597 - Bairro Zona 01, Maringá/PR,
CEP 87013-060 Telefone: (44) 3127-7100 - www2.maringa.pr.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO (OBRAS PÚBLICAS;EXECUÇÃO)

PREZADO LICITANTE:

Este edital traz todas as informações relevantes e regras específicas para a participação e para a condução do certame, sendo que todas as decisões serão tomadas com base no que o presente edital estabelece.

Dúvidas ou discordância serão manifestadas antes do início do certame, durante o prazo (contado em dias úteis) previsto neste Edital, bem como no Caderno de Normas Licitatórias, preferencialmente através de peticionamento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, a partir de um dos seguintes tipos processuais:

- Licitação: Pedido de Esclarecimento
- Licitação: Impugnação de Edital de Licitação

Subsidiariamente, pelo e-mail pedidoslicitacoes@maringa.pr.gov.br, sendo que neste caso tais peticionamentos só serão tidos como confirmados após formal e expressa confirmação de servidor da Administração.

Sobre o cadastro no SEI, maiores informações podem ser obtidas a partir do site: <https://webpmm.maringa.pr.gov.br/portal-do-sei/home/peticionamento>, ou pelos telefones: (44) 3221-1403, (44) 3221-1356, (44) 3221-1246, ou ainda, através do e-mail sei@maringa.pr.gov.br.

Consideram-se partes integrantes deste edital os seus anexos e as normas do Caderno de Normas Licitatórias referidas neste edital.

Neste sentido, não é demais orientar que é fundamental a cautelosa leitura, além do edital, dos anexos integrantes.

As minutas da ata de registro de preços e do contrato trazem as cláusulas que serão redigidas no instrumento que formalizará a pactuação, conforme o caso. Nelas estão as obrigações das partes, as consequências para o seu descumprimento e as demais condições que regem a sua execução.

As demais informações gerais sobre definições utilizadas em certames, ritos de esclarecimentos e impugnações, análise das condições de participação e condições de julgamento das propostas e habilitação, critérios sobre a apresentação de amostras, regras de negociação, procedimentos de recursos e contrarrazões, além de outras explicações detalhadas sobre as formas de licitação, ordem das etapas, modos de disputa, critérios de julgamentos, de desempate, benefícios aplicáveis, dentre outros, podem ser encontradas no já referido [Caderno de Normas Licitatórias](#), podendo ser acessadas através de clicks nos links (identificados com o sublinhado) presentes no edital.

O Estudo Técnico Preliminar responsável por indicar o caminho percorrido pelo Município até a solução ora licitada (como sendo a que melhor lhe atende), e o termo de referência - TR, que possui a construção de todos os elementos do presente edital, farão parte integrante deste, como anexos, assim como a Minuta de ARP - Ata do Sistema de Registro de Preços (se houver) e a Minuta de Contrato, além do Instrumento de medição de resultado, se for o caso.

Atenciosamente,

EDITAL DE LICITAÇÃO - LEI 14.133/2021

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026

Processo Administrativo nº 01.20.00001989/2026.14

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Objeto do certame: Contratação de empresa especializada na área de engenharia/arquitetura para execução de obra de Recuperação de Salão em Alvenaria Localizado no Complexo Esportivo da Vila Olímpica - Impermeabilização da Cobertura do Ginásio de Esportes Chico Bueno Neto no Município de Maringá – PR. Serão executados serviços de desinstalação e remoção de conjunto de equipamentos e dutos de ar condicionado, impermeabilização e proteção mecânica de lajes com manta asfáltica, demolição, retirada e execução de elementos da rede de águas pluviais, reinstalação de equipamentos e dutos de ar condicionado, entre outros serviços relacionados.

1.1.1. Unidade demandante: Prefeitura do Município de Maringá – PR (PMM), por meio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SESP) e da Secretaria Municipal de Obras Públicas (SEMOP).

1.2. Certame não restrito a obras, serviços ou produtos pré-qualificados.

1.3. Não há restrição a Microempreendedor Individual, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPE) – Ampla Concorrência Geral, aplicando-se desempate ficto e prazo para regularidade fiscal.

- 1.4. A proposta deverá ser apresentada **até as 09:00 horas do dia 21 (vinte e um) de maio de 2026**, conforme publicação no ComprasGov.
- 1.4.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados, pelo licitante mais bem classificado, em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação.
- 1.4.2. A solicitação dos documentos de habilitação, pelo agente ou comissão de contratação, poderá ser feita juntamente com a solicitação de proposta ajustada.
- 1.4.2.1. A análise da habilitação ocorrerá, contudo, após o julgamento da proposta, por obediência às fases do art. 17 da L. 14.133/21.
- 1.4.2.2. Caso o licitante deixe de enviar os documentos de habilitação juntamente com a proposta ajustada, conforme solicitado pelo agente de contratação/pregoeiro, se esta for classificada, e, caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante.
- 1.5. Data do certame e horário da disputa de lances: **09:00 horas do dia 21 (vinte e um) de maio de 2026**.
- 1.6. Prazo para solicitar [esclarecimento e impugnar](#) o edital: até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública.
- 1.7. **Valor estimado total da contratação:** R\$ 993.571,73 (novecentos e noventa e três mil, quinhentos e setenta e um reais e setenta e três centavos).
- 1.8. **Rito da seleção:** Concorrência.
- 1.9. **Forma da seleção:** Eletrônica.
- 1.10. **Local do certame:** <http://comprasnet.gov.br/>
- 1.11. **UASG:** 987691
- 1.12. Número da licitação na plataforma: 90003/2026.
- 1.13. **Critério de julgamento:** Menor preço.
- 1.13.1. **A contratação será:** Global.
- 1.14. **Modo de disputa:** Fechado e aberto na forma eletrônica.
- 1.14.1. Intervalo mínimo entre lances: 0,1% (um décimo por cento) em relação ao melhor lance ou proposta.
- 1.14.2. **Ordem das etapas:** Rito procedimental comum.
- 1.15. **Este certame será sob o Sistema de Registro de Preços?** Não.
- 1.16. Será permitida a subcontratação para as atividades que não constituem a parcela principal do objeto, entendida esta como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução de serviço, pela licitante ou contratado, com características semelhantes. A subcontratação parcial é permitida até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.
- 1.17. **Benefícios de Micro e Pequenas Empresas – MPE:** Sem benefícios específicos para MPE (Ampla Concorrência – Geral), aplicando-se desempate ficto e prazo para regularidade fiscal.
- 1.17.1. Para se beneficiar da condição de MPE, o licitante deve se declarar como tal.
- 1.18. Os documentos apresentados pelos licitantes deverão possuir assinatura digital que atenda ao disposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e no Decreto Municipal nº 871, de 07 de julho de 2020.

2. PODERÃO PARTICIPAR DO CERTAME

- 2.1. Quem for do ramo de atividade compatível com o objeto licitado;
- 2.2. Quem não estiver sancionado com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Maringá ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública;
- 2.3. Quem não tiver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;
- 2.4. Quem não tiver cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;
- 2.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, desde que não estejam concorrendo entre si; e
- 2.6. Quem, nos cinco anos anteriores à divulgação deste edital, não tiver sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.7. Empresas reunidas em consórcios NÃO poderão participar desta licitação, conforme justificativa constante do Projeto Básico (item 4.12).
- 2.8. As empresas participantes e os profissionais apresentados por essas deverão atender aos critérios listados no art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Não poderão participar as empresas e/ou responsáveis técnicos pelos estudos técnicos, projetos e orçamento, conforme relação apresentada no item 15 do Projeto Básico: Rafael de Bitencourt Cazaroli (Projeto de Impermeabilização - CREA PR-141.766/D) e Victor Xavier Vidal (Elaboração de Orçamento - CREA SC-248.617/D) – ambos vinculados à Prefeitura do Município de Maringá, CNPJ 76.282.656/0001-06. <https://www.maringa.pr.gov.br/caderno-normas-licitatorias/>
- 2.9 Clique neste link: [análise das condições de participação](#), para saber, em detalhes as regras da análise das condições de participação.

3. DECLARAÇÕES

- 3.1. Ao participar deste certame, o fornecedor concorda, tacitamente, com as declarações arroladas neste item, sendo desnecessária a apresentação dessas declarações, por escrito.
- 3.1.1. Estou ciente, concordo e atendo a todas as condições do Edital e seus anexos;
- 3.1.2. Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar ao Município de Maringá;
- 3.1.3. Que para a obtenção dos benefícios contidos no caput do art. 4.º da L. 14.133/2021, a participante observará que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do §2.º do art. 4.º da L. 14.133/2021.
- 3.1.4. No quadro societário não tem nenhum integrante que seja ligado ao Prefeito, vice-prefeito, secretários ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, e está ciente que não poderá contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta caso venha a ter a referida ligação, inclusive com aqueles que deixaram tais funções nos últimos 12 (doze) meses antes da contratação, conforme determina o inciso V do art. 59 da Lei Orgânica de Maringá;
- 3.1.5. Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- 3.1.6. A proposta foi elaborada de forma independente, com validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias, e nenhuma empresa potencialmente participante da licitação conhece meu preço;
- 3.1.7. Que o desconto ofertado está indicado na **DECLARAÇÃO DE PROPOSTA AJUSTADA** e, caso não haja concordância com a incidência linear de desconto em todos os serviços da planilha sintética, será apresentada complementarmente a **DECLARAÇÃO DE DESCONTO NÃO LINEAR**;
- 3.1.8. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega das propostas;
- 3.1.9. Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- 3.1.10. Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz;
- 3.1.11. Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.
- 3.1.12. Concordo com a adequação do projeto que integra o edital e que as alterações contratuais decorrentes de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez

por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

3.1.13. Comprometo-me a realizar, bem como manter ativo e atualizado o respectivo cadastro, como usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informações – SEI (<https://webpmm.maringa.pr.gov.br/portal-do-sei/home/peticionamento>);

3.1.14. Que será promovida a assinatura do respectivo instrumento (Contrato) através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, no prazo de até 05 dias úteis após a convocação realizada pelo Município de Maringá;

3.1.15. Que foi disponibilizada (pela Administração) para a licitante toda a documentação relativa ao objeto desta licitação;

3.1.16. Que irei dispor das instalações, dos veículos, dos equipamentos, das ferramentas, dos utensílios e do pessoal adequado e suficiente para a realização do objeto da licitação; e

3.1.17. Ademais, que serão devidamente preenchidas e entregues as demais **DECLARAÇÕES** listadas nos Anexos integrantes deste Edital.

4. PROPOSTA

4.1. A proposta deverá ser apresentada conforme modelo Anexo deste Edital e conforme item expresso do Projeto Básico.

4.2. Em caso de divergência entre o item lançado na Plataforma ComprasGov (CATMAT/CATSERV) e o constante deste Edital, prevalecerá o descrito em Edital, a ser considerado para fins de proposta ajustada.

4.2.1. As propostas de preços deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional, limitado o preço unitário a 02 (duas) casas após a vírgula, (ex.: 0,00). O valor total também será limitado a 02 (duas) casas após a vírgula, (ex.: 0,00).

4.3. Após a classificação das licitantes do certame, a empresa classificada em primeiro lugar deverá apresentar a proposta ajustada ao valor final ofertado, no prazo de até 24 horas da convocação do agente de contratação ou da comissão de contratação, podendo o prazo ser prorrogado por igual prazo, mediante solicitação tempestiva do licitante.

4.4. Caso não haja manifestação da licitante classificada solicitando a prorrogação do prazo inicial ou caso não seja apresentada a documentação solicitada, dentro do prazo inicial ou de eventual prorrogação, a empresa será desclassificada do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.5. O licitante que apresentar proposta com erros ou falhas diante das regras estabelecidas no edital, poderá ter a oportunidade de sanear o erro da proposta, desde que não seja alterada a sua substância, nem que seja majorado o valor proposto pelo licitante ao final do certame.

4.5.1. O não envio da proposta ajustada no prazo estipulado ensejará a desclassificação do licitante, com consequente aplicação das sanções indicadas neste Edital.

4.6. Não será exigida a prestação de garantia de proposta.

4.7. Proposta de Preços: Deverão ser apresentados os seguintes documentos assinados pelo responsável técnico da empresa vencedora, conforme Planilha orçamentária do Anexo C – Orçamento (SEI nº 7666549) do Projeto Básico:

I – **FOLHA RESUMO EMPRESA:** apresentar planilha de dados da empresa no formato editável e digital com assinatura;

II – **PLANILHA EMPRESA:** apresentar planilha orçamentária para proposta da empresa no formato editável e digital com assinatura;

III – **COMPOSIÇÕES EMPRESA:** apresentar planilha de composições detalhadas de preços unitários de cada item da planilha orçamentária proposta pela empresa, inclusive do ALO, no formato editável e digital com assinatura; sendo facultado à empresa apresentar apenas as composições que diferem daquelas disponibilizadas pela Administração e das constantes de bancos oficiais;

IV – **INSUMOS EMPRESA:** apresentar os insumos da empresa no formato editável e digital com assinatura;

V – **CRONOGRAMA EMPRESA:** apresentar o cronograma físico-financeiro da empresa no formato editável e digital com assinatura;

VI – **BDI GERAL EMPRESA:** apresentar planilha de composição detalhada do BDI Geral da empresa no formato editável e digital com assinatura;

VII – **BDI DIFERENCIADO EMPRESA:** apresentar planilha de composição detalhada do BDI Diferenciado da empresa no formato editável e digital com assinatura;

VIII – **ENCARGOS SOCIAIS EMPRESA:** apresentar planilha de composição detalhada dos Encargos Sociais da empresa no formato editável e digital com assinatura.

4.8. Junto com a proposta ajustada deverão ser apresentados, sob pena de desclassificação:

I – **DECLARAÇÃO DE PROPOSTA AJUSTADA:** conforme modelo disponibilizado no Edital;

II – **DECLARAÇÃO DE REGIME TRIBUTÁRIO/FOLHA DE PAGAMENTO/DATA-BASE DO SINDICATO:** conforme modelo disponibilizado no Edital;

III – **DECLARAÇÃO DE DESCONTO NÃO LINEAR,** no caso de não aplicação de desconto linear;

IV – **DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE ENQUADRAMENTO DE CONTRATO:** conforme modelo disponibilizado no Edital, por se tratar de obra conveniada com repasse pela Caixa Econômica Federal (Contrato de Repasse nº 941449/2023/MESP/CAIXA).

4.9. A proposta terá prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da data estabelecida para abertura das propostas.

4.9.1:

Figura – Exemplo da aba principal da Planilha Orientativa

ORÇAMENTO ANALÍTICO
ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA DA LICITAÇÃO

FOLHA RESUMO	COMPOSIÇÕES	BDI GERAL	ENCARGOS SOCIAIS
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA	COTAÇÕES PRÓPRIAS	BDI DIFERENCIADO	ENCARGOS COMPLEMENTARES
INFORMAÇÃO	CRONOGRAMA	CURVA ABC	RELAÇÃO PROJETOS

REFERÊNCIA: JUNHO 2023

ORÇAMENTO ANALÍTICO
ORÇAMENTO - EMPRESA

A - FOLHA RESUMO EMPRESA	B - PLANILHA SINTÉTICA EMPRESA	D - COMPOSIÇÕES	F - BDI DIFERENCIADO
MANUAL	C - CRONOGRAMA	E - BDI GERAL	G - ENCARGOS SOCIAIS

II - A Planilha orçamentária sintética fornecida para preenchimento da empresa encontra-se parcialmente bloqueada para edição, para que

sejam evitados preenchimentos inadequados, inclusões e exclusões de linhas e/ou colunas, portanto, só poderão ser preenchidas as células correspondentes ao tipo de Regime da Folha de Pagamento, Regime Tributário, percentual de Encargos Sociais, taxas de BDI, coluna do Código da Empresa para cada serviço da planilha e coluna do Preço Unitário e Preço Total da proponente;

III - Toda e qualquer operação numérica envolvendo multiplicação na proposta de preços, deverá ser apresentada obrigatoriamente em algarismos arábicos, grafados sob forma decimal e somente com até 02 (dois) dígitos após a vírgula, unitário e total, com nível de precisão "truncar" (função correspondente ao software Microsoft Excel), desprezando-se as cifras significativas posteriores a fim de evitar possíveis erros de arredondamentos;

IV - No orçamento sintético, a proponente não poderá propor preço global ou preço(s) unitário(s) superiores aos estabelecidos no orçamento de referência pelo contratante, sob pena de desclassificação da proposta.

4.9.2 Observadas as disposições contidas neste item, a empresa proponente deverá apresentar um orçamento com o preço final contendo valores para todos os itens especificados no orçamento de referência, compreendendo especificações dos serviços, quantidades, preços unitários e globais, devidamente assinado, pelo responsável legal e por um responsável técnico (constando o nome, respectiva qualificação técnica e o número de registro no CREA/CAU).

4.9.3 Os equipamentos/veículos a serem utilizados na execução dos serviços, deverão estar em perfeitas condições de uso e ser objeto de seguro total contra riscos de qualquer espécie, providenciado pela empresa e todos os custos inerentes à utilização dos mesmos, tais como operador/motorista, combustível, manutenção etc., deverão estar inclusos em suas propostas.

4.9.4 Os materiais a serem empregados na execução dos serviços serão fornecidos pela empresa contratada e todos os custos de aquisição, transporte, armazenamento e utilização deverão estar inclusos nos preços unitários propostos para os diferentes serviços. Os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecer às especificações e serem aprovados pela fiscalização.

4.9.5 A apresentação da proposta será considerada como evidência de que a empresa proponente:

I - Examinou criteriosamente os documentos do Edital, que os comparou entre si e obteve informações sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la;

II - Considerou que os elementos desta licitação lhe permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória, inclusive que tomou conhecimento e entende a aplicação, se for o caso, de mais de um valor de BDI no mesmo orçamento devido as diferentes alíquotas de ISS para cada serviço a ser executado, conforme orientação da Secretaria Municipal de Fazenda;

III - Adotou alíquotas dos impostos conforme legislação vigente e regime tributário a que pertence, considerou conforme opção a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), Lei Federal nº 13.161, de 31 de agosto de 2015;

IV - Incluiu nos preços ofertados, todas as despesas dos serviços e encargos a seguir relacionados, quando existirem: todos os materiais, insumos, equipamentos, veículos e ferramentas, controle tecnológico de qualidade e testes dos serviços que forem necessários, mão-de-obra especializada que se fizer necessária, seguros em geral, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária, da responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros, dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais e outros.

4.9.6 A proposta terá prazo de validade de **180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados a partir da data estabelecida para abertura das propostas. Decorrido esse prazo, sem que haja convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos (art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021). #95a5a6">#VMIP

I - Em **casos excepcionais**, a comissão de contratação poderá solicitar às empresas licitantes uma prorrogação específica no prazo de validade das propostas. A solicitação e as respostas deverão ser formuladas por escrito. No caso da proponente recusar-se a estender o prazo de validade de sua proposta, a mesma será rejeitada. Caso a proponente concorde com a dilação do prazo solicitado, não será permitido modificar a respectiva proposta, nem ser motivo para arguir futuramente qualquer alteração de preços.

4.10 Critérios para detalhamento das composições:

4.10.1 Composições de preço unitário:

I - A licitante deverá apresentar as composições detalhadas de todos os serviços constantes no orçamento sintético de referência cujas composições diferirem daquelas publicadas pela Administração ou constantes de bancos oficiais, conforme aba "**COMPOSIÇÕES EMPRESA**" da **Planilha orçamentária** disponibilizada no **item 9.3.3 - Anexo C – Orçamento** do Projeto Básico.

II - Na composição detalhada de preços unitários a licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços, bem como coeficientes de produtividade, de consumo, de aproveitamento e seus respectivos valores.

III - Os coeficientes de consumo e produtividade apresentados devem considerar o tempo necessário para execução do respectivo serviço no caso da mão de obra, bem como a quantidade suficiente de consumo de materiais, capaz de permitir a exequibilidade do serviço.

IV - Toda e qualquer operação numérica envolvendo multiplicação nas composições detalhadas de preços unitários, deverá ser apresentada obrigatoriamente em algarismos arábicos, grafados sob forma decimal e somente com até 02 (dois) dígitos após a vírgula, unitário e total, com nível de precisão "truncar" (função correspondente ao software Microsoft Excel), desprezando-se as cifras significativas posteriores, a fim de evitar possíveis erros de arredondamentos. Quanto aos coeficientes de consumo que representam a fração da unidade do serviço/insumo, estes são livres de limitação para casas decimais.

V - Nos valores apresentados deverão estar incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, bem como impostos, taxas, fretes, seguros e outros.

VI - O valor total de cada composição deve ser exatamente igual ao valor de cada serviço correspondente na **Planilha orçamentária sintética**.

VII - Não se admitirá, nas composições, valores identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

4.10.2 Composição de BDI geral e BDI diferenciado:

I - A licitante deverá apresentar as composições detalhadas de todos os BDI constantes no seu orçamento, conforme abas "**BDI GERAL EMPRESA**" e "**BDI DIFERENCIADO EMPRESA**" da **Planilha orçamentária** disponibilizada no **item 9.3.3 - Anexo C – Orçamento** do Projeto Básico.

II - Para compor seu BDI – Benefícios e Despesas Indiretas, para obras e serviços de engenharia e arquitetura e para fornecimento de materiais e equipamentos, este último quando utilizado, a licitante deverá levar em consideração que somente será admitido em sua

composição exclusivamente os seguintes itens:

- a) Administração Central;
- b) Seguro e Garantia;
- c) Risco;
- d) Despesas Financeiras;
- e) Lucro;
- f) Tributos (COFINS, PIS, ISS e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, conforme o caso).

III - As incidências por item componente do BDI devem observar o disposto abaixo:

**Tabela de
Composição
do BDI:**

ITEM COMPONENTE DO BDI	%
Administração Central	variável
Seguro e Garantia	variável
Risco	variável
Despesas Financeiras	variável
Lucro	variável
TRIBUTOS (*)	conforme regime tributário
COFINS	conforme regime tributário
PIS	conforme regime tributário
ISS	conforme regime tributário
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta conforme regime tributário	

IV - Adotar, na composição do BDI, percentual de ISS compatível com a legislação tributária do município onde serão prestados os serviços previstos da obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS (Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário).

V - Atentar para a ocorrência de alíquotas diferenciadas do ISS para os serviços que compõem o orçamento básico, principalmente para itens referentes à materiais e equipamentos de natureza específica fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representam percentual significativo do preço global da obra. Para estes, deve resultar percentuais de BDI igualmente diferenciados que deverão ser aplicados. Os itens com BDI diferenciado estão indicados na **Planilha orçamentária sintética** do orçamento de referência da licitação.

VI - A empresa também deve levar em consideração o regime tributário a que está enquadrado e, caso solicitado, deverá comprovar sua situação através do Contrato Social ou documento equivalente e apresentar consulta da Situação Cadastral da Secretaria Municipal de Fazenda.

VII - Adotar na composição do BDI, as alíquotas do PIS e COFINS observando o regime tributário da empresa. O regime de incidência cumulativo é aplicável aos empreendimentos que se enquadram no conceito de "obras de construção civil" com percentuais de **3,00% e 0,65%** respectivamente (Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário), com exceção para as empresas optantes pelo regime fiscal do Simples Nacional.

VIII - As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais (EFD-Contribuições) comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos últimos **12 (doze) meses** dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º da Lei Federal nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e Lei Federal nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

IX - As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no anexo IV da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

X - Se a empresa for Simples Nacional, deverá apresentar a DEFIS (declaração enviada para a Receita Federal) para que a comissão verifique se as alíquotas de ISS, PIS e COFINS, informadas na composição do BDI, são de fato as alíquotas que a empresa está obrigada a recolher.

XI - As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária vigente.

XII - Os custos relativos a administração local, mobilização, desmobilização, instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI.

XIII - Os tributos considerados de natureza direta e personalista, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013 (Súmula nº 254 do Tribunal de Contas da União - TCU).

4.10.3 Composição de encargos sociais:

1. A licitante deverá apresentar a composição detalhada dos Encargos Sociais da sua empresa, conforme aba "**ENCARGOS SOCIAIS EMPRESA**" da **Planilha orçamentária** disponibilizada no **item 9.3.3 - Anexo C – Orçamento** Projeto Básico.
2. Na composição dos Encargos Sociais a licitante deverá considerar que as tabelas a serem apresentadas, tanto para horista quanto para mensalista, devem estar em consonância com o próprio Regime Tributário e com a legislação vigente.
3. Como a Lei Federal nº 13.161, de 31 de agosto de 2015, faculta a opção quanto aplicação da desoneração da Folha de Pagamento, para formulação da proposta, a licitante deverá optar por um dos regimes de recolhimento previdenciário previstos no citado diploma legal.
4. Para as empresas não optantes pela desoneração da folha de pagamento, estas deverão incluir na composição dos Encargos Sociais a alíquota de INSS, em consonância com a legislação vigente.

5. Os custos dos Encargos Sociais e trabalhistas, conforme legislação em vigor, deverão ser expressos como um percentual incidente sobre os salários.
6. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (SESI, SENAI, SEBRAE etc), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.11 Das possíveis correções no orçamento:

4.11.1 A planilha orçamentária sintética, as composições de BDI, de encargos sociais e de preços unitários da empresa classificada serão objeto de análise pela Unidade Técnica de Análise da SEMOP (UTA-UT), conforme disposições da [Portaria nº 44/2022-SECSEMOP](#), de 06 de setembro de 2022; da [Portaria nº 51/2022-SECSEMOP](#), de 30 de novembro de 2022; e da [Portaria nº 55/2022-SECSEMOP](#), de 20 de dezembro de 2022.

4.11.2 A unidade técnica poderá, se for o caso, sugerir adequações das composições, desde que não altere o valor global da proposta de preços da licitante, ou solicitar esclarecimentos/justificativas para possibilitar a manutenção da composição. Somente será aceita alteração para menor do valor global da proposta, observado o princípio da economicidade.

4.11.3 Serão passíveis de correções as composições do BDI e dos encargos sociais que se enquadrarem nas seguintes situações:

I - Erro de algoritmo de cálculo, que compreende a sequência finita e ordenada de instruções, ou seja, cálculos aritméticos nas fórmulas pre-estabelecidas tanto da composição dos encargos sociais como na fórmula do BDI;

II - Irregularidade formal na proposta classificada que, por sua irrelevância não gera nulidade, se a irregularidade praticada pela licitante classificada a ela não trouxer vantagem, nem implicar em desvantagem para as demais participantes, não resultando assim em ofensa à igualdade; se o erro apontado não interfere no julgamento objetivo da proposta e se não se vislumbra ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública (Recurso Ord. em Mandado de Segurança nº 23.714-1/DF, da 1ª Turma do Sistema Tribunal Federal - STF, em 05 de setembro 2000).

4.11.4 Fica estabelecido o máximo de 03 (três) diligências pela Unidade Técnica de Análise da SEMOP (UTA-UT), com o objetivo de solicitar adequações, informações e esclarecimentos. Persistindo as inconsistências na proposta haverá adequação de ofício pela Administração, conforme composições próprias, sem prejuízo de assunção da responsabilidade pela licitante e multa no valor de 1% (um por cento) do valor da proposta.

4.11.5 Como condição para homologação do certame e adjudicação do objeto à empresa classificada, caso sejam constatados erros nas composições apresentadas, esses deverão ser corrigidos pela empresa, nas condições já elencadas neste item.

4.11.6 A proposta corrigida, em conformidade com os apontamentos da UTA-UT, deverá ser apresentada conforme disposto no item 4.9.4 - Proposta de preços e seus subitens do Projeto Básico.

4.11.7 Havendo erros que não admitam correções nos termos deste item, a proposta será desclassificada. A negativa de aceite das correções supletivas realizadas de ofício pela Administração, de que tratam os itens I e II, caracterizará recusa ou desistência da proposta por parte da licitante, com incidência da penalidade de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta. Neste caso, serão convidados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições do primeiro classificado, concedendo-se o prazo de 05 (cinco) dias corridos para apresentação das composições de BDI, encargos sociais e preços unitários, devidamente ajustados, nos termos dos valores do primeiro classificado e nos moldes estabelecidos no Edital, até que a proposta seja considerada correta e válida, para posterior homologação, conforme art. 90 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Para a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista será realizada consulta às informações disponíveis no SICAF ou nos respectivos portais, referentes a:

- 5.1.1. Contrato social ou instrumento equivalente;
- 5.1.2. Regularidade perante a fazenda federal e a seguridade social;
- 5.1.3. Regularidade perante a fazenda estadual ou distrital da sede do licitante;
- 5.1.4. Regularidade perante a fazenda municipal da sede do licitante;
- 5.1.5. Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e
- 5.1.7. Regularidade trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

5.2. Qualificação técnica:

5.2.1. Registro em entidade profissional: Será demonstrado por meio da Certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), comprovando a regularidade da licitante e dos profissionais a ela vinculados para os serviços do Projeto Básico, na forma da legislação vigente.

5.2.2. Capacidade técnico-operacional: Será demonstrada por meio da apresentação de Atestado(s), Certidão(ões) de Acervo Técnico com Atestado (CAT-A), Certidão de Acervo Operacional (CAO) ou Declaração(ões), que comprove(m) o desempenho satisfatório na execução de objeto compatível, conforme quantidades mínimas:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA
01	Impermeabilização de superfície com manta asfáltica	m²	1.300,00
02	Proteção mecânica de superfície argamassada, inclusive reforço de tela	m²	1.300,00

5.2.3. Capacidade técnico-profissional: Será demonstrada por meio da apresentação de Certidão(ões) de Acervo Técnico com Atestado (CAT-A) do responsável técnico, expedida(s) pelo respectivo conselho profissional, conforme quantidades mínimas:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA
01	Impermeabilização de superfície com manta asfáltica	m²	1.300,00
02	Proteção mecânica de superfície com argamassa, inclusive reforço de tela	m²	1.300,00

O profissional detentor do(s) atestado(s) deverá participar obrigatoriamente como responsável técnico principal pela execução da obra. Cada profissional

só poderá participar do processo licitatório por meio de um único licitante.

5.2.4. Comprovação de disponibilidade: A comprovação de disponibilidade de profissional habilitado para a execução dos trabalhos será mediante a apresentação de vínculo trabalhista, Contrato Social, Contrato de Prestação de Serviço ou **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE TÉCNICA** conforme modelo disponibilizado no edital.

5.2.5. Visita técnica: Recomenda-se que os licitantes realizem visita técnica no local da obra, acompanhados por engenheiro ou arquiteto da SEMOP. O prazo máximo para realização da visita é de 03 (três) dias úteis antes da abertura da licitação. A visita poderá ser substituída por **DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**, conforme modelo disponibilizado no edital.

5.3. Qualificação econômico-financeira:

5.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor judicial da sede do Licitante, com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para a abertura da licitação.

5.3.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação.

5.4. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios. As demonstrações devem ser assinadas por contador habilitado e pelo proprietário da empresa.

5.4.1. Apresentação dos índices: Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,0 (um inteiro), Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,0 (um inteiro) e Grau de Endividamento (GE) igual ou inferior a 1,0 (um inteiro).

Apresentação do índice de liquidez geral (ILG), índice de liquidez corrente (ILC), grau de endividamento (GE), valor patrimonial (VP) e disponibilidade financeira operacional, conforme especificado no documento supracitado. Conforme as seguintes fórmulas:

$$ILG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$$

$$ILC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

$$GE = \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante} / \text{Ativo Total}$$

$$D = 1,25 \times Kf \times PL - SC$$

Onde:

D = Disponibilidade Financeira Operacional

PL = Patrimônio Líquido

SC = Saldo Contratual = \sum Valor do compromisso - \sum Valor já faturado, isto é, a diferença entre a somatória dos compromissos e a somatória dos valores já faturados referentes aos compromissos.

Kf = Coeficiente Financeiro

Onde:

$$Kf = K5 + K6 + K7, \text{ conforme Quadro abaixo:}$$

Em que:

$$VP = \text{Valor Patrimonial} = \text{Patrimônio Líquido} / \text{Capital Social}$$

CAPACIDADE	ÍNDICE (1)	PESO (2)	RESULTADO (1) x (2)	Kf = K5 + K6 + K7 =
Índice de Liquidez Corrente - ILC		30		K5 =
Índice de Liquidez Geral - ILG		50		K6 =
Valor Patrimonial - VP		20		K7 =

INTERVALO PONTOS ILC c/ PESO	K5	INTERVALO PONTOS ILG c/ PESO	K6	INTERVALO DE PONTOS VP c/ PESO	K7
15,0 a 29,9	1,2	25,0 a 49,9	2,0	10,0 a 19,9	0,8
30,0 a 35,9	1,5	50,0 a 59,9	2,5	20,0 a 23,9	1,0
36,0 a 38,9	1,8	60,0 a 64,9	3,0	24,0 a 25,9	1,2
39,0 a 50,9	2,1	65,0 a 84,9	3,5	26,0 a 33,9	1,4
sup. a 51,0	2,4	sup. a 85,0	4,0	sup. a 34,0	1,6

5.4.2. Capital Circulante Líquido (CCL) apurado no último Balanço Patrimonial apresentado, em valor igual ou superior à soma dos 02 (dois) primeiros meses do cronograma físico-financeiro proposto pela licitante. CCL = Ativo Circulante – Passivo Circulante.

5.5 Patrimônio Líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor máximo estimado da contratação (R\$ 99.357,17), mediante apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

5.6 A disponibilidade financeira será calculada função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação, devidamente assinados pelo contador da empresa, conforme modelo de **DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E CAPACIDADE OPERACIONAL FINANCEIRA** disponibilizado neste Edital.

5.7 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

5.8 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

5.9 As empresas licitantes deverão apresentar a comprovação de possuir Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor máximo estimado para o objeto da licitação, mediante apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

5.10 Caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante.

5.11 Caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante.

5.12 As demais DECLARAÇÕES listadas nos Anexos (abaixo), integrantes deste Edital, deverão ser entregues juntamente com os documentos de habilitação.

6. INFRAÇÕES E PENALIDADES NO CERTAME

6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
- Impedimento de licitar e contratar;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos.

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta / Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	5% / 6 meses
Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta / Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	5% / 6 meses
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta / Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	10% / 6 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa / Fraudar a licitação / Comportar-se de modo inidôneo / Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação / Participar de licitação com mais de uma empresa do mesmo Grupo Econômico / Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos + Multa sobre o valor da proposta	4 anos e 6 meses / 30%

6.2. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.3. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7. INFORMAÇÕES GERAIS

7.1. Definições: Conforme Caderno de Normas Licitatórias do Município de Maringá.

7.2. Condições de julgamento de propostas e habilitação: Conforme Caderno de Normas Licitatórias.

7.3. Critérios de desempate: Conforme Caderno de Normas Licitatórias.

7.4. Negociação: Conforme Caderno de Normas Licitatórias.

7.5. Recursos e contrarrazões: Conforme Caderno de Normas Licitatórias.

7.6. Adjudicação e homologação: Conforme Caderno de Normas Licitatórias.

7.7. Disposições gerais: Conforme Caderno de Normas Licitatórias.

7.8. Nossos canais de atendimento: (44) 3127-7100.

7.9. Onde estamos: Av. Rebouças, 200 – Zona 10, CEP: 87030-410 Maringá/PR.

7.10. Compete ao licitante, até a adjudicação e homologação, acompanhar as operações na respectiva Plataforma de processamento do certame (<http://comprasnet.gov.br/>), sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negociações diante da inobservância de qualquer convocação/mensagem enviada, solicitada ou emitida pelo Sistema ou de sua própria desconexão.

7.11. As demais comunicações entre a Administração e os licitantes dar-se-ão oficialmente através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI (<https://webpmm.maringa.pr.gov.br/portal-do-sei/home/peticionamento>).

7.12. Quem são os responsáveis pelo certame:

7.12.1. **Autoridade máxima da unidade demandante:** Paulo Henrique Biazon Santos – Secretário Municipal de Esportes e Lazer e Roberto Petrucci Junior – Secretário Municipal de Obras Públicas.

7.12.2. Agente de contratação/Comissão de Contratação: Conforme Portaria de Nomeação.

7.12.3. Equipe de Apoio: Unidade Técnica de Análise da SEMOP, conforme Portaria de Nomeação.

7.13. Normas de regência: Caderno de Normas Licitatórias; Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Decreto Municipal nº 2259/2023; Decreto Municipal nº 1856/2023; Lei Complementar nº 1.142/2019.

7.14. Havendo divergências entre o Edital e outros documentos anexos integrantes deste, como o Projeto Básico, prevalecerá o estabelecido em Edital.

7.15. São anexos deste edital:

I – Especificações do objeto

II – Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 7383306 – Processo nº 01.20.00122500/2023.91)

III – Projeto Básico (SEI nº 8416141 – Processo nº 01.20.00001989/2026.14)

IV – Minuta de Contrato

V – Modelo da proposta

VI – Modelo de Declaração de Regime Tributário/Folha de Pagamento/Data-base do Sindicato

VII – Modelo de Declaração de Desconto Não Linear
VIII – Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação e Capacidade Operacional Financeira
IX – Modelo de Declaração de Disponibilidade Técnica
X – Modelo de Declaração de Não Realização de Visita Técnica
XI – Declaração de Enquadramento de Contrato

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

8. DEFINIÇÃO DO OBJETO

8.1. Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia/arquitetura para execução de obra de Recuperação de Salão em Alvenaria Localizado no Complexo Esportivo da Vila Olímpica – Impermeabilização da Cobertura do Ginásio de Esportes Chico Bueno Neto no Município de Maringá – PR.

Os serviços a serem executados abrangem: desinstalação e remoção de conjunto de equipamentos e dutos de ar condicionado; impermeabilização e proteção mecânica de lajes com manta asfáltica; demolição, retirada e execução de elementos da rede de águas pluviais; reinstalação de equipamentos e dutos de ar condicionado; entre outros serviços relacionados.

Tabela 01 - Tabela Resumo

NOME DA OBRA	Recuperação de Salão em Alvenaria Localizado no Complexo Esportivo da Vila Olímpica - Impermeabilização da Cobertura do Ginásio de Esportes Chico Bueno Neto			
INTERVENÇÃO	Execução de Obra - Reforma - Edificação - Outros Edifícios			
	CATSER: 545 - 1600 - Obras Civis - Impermeabilização / Cristalização / Revestimento / Tratamento Especial			
OBJETO	Contratação de empresa especializada na área de engenharia/arquitetura para execução de obra de Recuperação de Salão em Alvenaria Localizado no Complexo Esportivo da Vila Olímpica - Impermeabilização da Cobertura do Ginásio de Esportes Chico Bueno Neto no Município de Maringá – PR			
DIMENSÕES BÁSICAS DE PROJETO	ÁREA	ÁREA DESCOBERTA (m²)	ÁREA COBERTA (m²)	ÁREA TOTAL (m²)
	Terreno	-	-	14.398,12
	Construção	-	-	-
	Demolição	-	-	-
	Reforma	2.747,13	-	2.747,13
	Ampliação	-	-	-
	Total Intervenção	2.747,13	-	2.747,13
LOCALIZAÇÃO DA OBRA	Lote	001		
	Quadra	036		
	Zona	07		
	Endereço	Avenida Colombo, nº 5985 x Avenida Duque de Caxias, nº 1550		
	Bairro	Zona 07		
	Cadastro imobiliário	7070620		
	CD-Bem	610002984		
RUBRICA ORÇAMENTÁRIA E DADOS PARA EMPENHO	RUBRICA		OBSERVAÇÃO	VALOR
	15.010.27.812.0013.1.016.4.4.90.51		Contrato de repasse nº 941449/2023/MESP/CAIXA - 1398	R\$ 662.592,00
			Recursos próprios - 41197	R\$ 10.000,00
	Total			R\$ 320.979,73
FORMA DE PAGAMENTO	Em parcelas mensais, conforme medições apresentadas			
PRAZO DE EXECUÇÃO	120 dias			
PRAZO DE VIGÊNCIA	300 dias			
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	DESIGNAÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
	Gestor	Marcos Zucoloto Ferraz	Engenheiro Civil (Projetos de Galeria e Pavimentação)	33682
	Suplente	Celso Ricardi Biasi	Profissional de Educação Física	32318
	Fiscal	Bruno Massayuki Koga	Engenheiro civil	47116
	Suplente	Paulo Eduardo Obadovski Alves	Engenheiro civil	45087
ANEXOS DO PROJETO BÁSICO	Anexo A - Documentos			
	1. Documentos (SEI nº 7688078), (SEI nº 7688090) e (SEI nº 7679243)			
	2. Manifestação quanto à inexigibilidade de Licença Ambiental Municipal (SEI nº 7666551)			
	3. Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 7383306)			
	4. Documentos do Convênio (SEI nº 7669369)			
	Anexo B - Projetos Executivos			
	1. Projeto de Impermeabilização (SEI nº 7666548)			
	Anexo C - Orçamento			
	1. Orçamento (SEI nº 7666549)			

NOME DA OBRA	Recuperação de Salão em Alvenaria Localizado no Complexo Esportivo da Vila Olímpica - Impermeabilização da Cobertura do Ginásio de Esportes Chico Bueno Neto
INTERVENÇÃO	Execução de Obra – Reforma – Edificação – Outros Edifícios / CATSER: 545-1600 – Obras Cíveis – Impermeabilização/Cristalização/Revestimento/Tratamento Especial
LOCALIZAÇÃO	Avenida Colombo, nº 5985 x Avenida Duque de Caxias, nº 1550 – Lote 001, Quadra 036, Zona 07 – Maringá/PR
CADASTRO IMOBILIÁRIO	7070620
CD-BEM	610002984
ÁREA DE REFORMA	2.747,13 m²
ÁREA DO TERRENO	14.398,12 m²
VALOR ESTIMADO	R\$ 993.571,73 (novecentos e noventa e três mil, quinhentos e setenta e um reais e setenta e três centavos)
PRAZO DE EXECUÇÃO	120 (cento e vinte) dias corridos a partir da emissão da Ordem de Serviço
PRAZO DE VIGÊNCIA	300 (trezentos) dias corridos a partir da publicação do contrato no PNCP
CONVÊNIO	Contrato de Repasse nº 941449/2023/MESP/CAIXA

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (OBJETO) E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. Do objeto a licitar e preço máximo fixado: O valor máximo da contratação é de R\$ 993.571,73 (novecentos e noventa e três mil, quinhentos e setenta e um reais e setenta e três centavos), conforme Orçamento (SEI nº 7666549). Data base do orçamento: 17 de outubro de 2025 (SINAPI/setembro 2025 – sem desoneração).

9.2. Especificação e quantidades da solução: O objeto deverá ser executado conforme especificações e quantidades apresentadas na documentação anexa ao Projeto Básico (item 9.3 – Anexos do Projeto Básico).

9.3. Prazo para início da execução do objeto: Os serviços deverão ser iniciados no máximo dentro de 05 (cinco) dias corridos após a assinatura da Ordem de Serviço.

9.4. Prazo de entrega ou de execução do objeto: 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data de assinatura da Ordem de Serviço.

9.5. Cronograma para execução: O cronograma para execução da obra está contido no Anexo C – Orçamento (SEI nº 7666549) do Projeto Básico.

9.6. Prazo de vigência do contrato: 300 (trezentos) dias corridos, contados a partir da data de publicação do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP).

9.7. Prorrogações: Toda solicitação de prorrogação de prazo de execução deverá ser efetivada no período de execução do contrato e ser previamente autorizada pelo contratante. A prorrogação de vigência contratual será admitida nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.8. Local de entrega ou execução: Avenida Colombo, nº 5985 x Avenida Duque de Caxias, nº 1550 – Lote 001, Quadra 036, Zona 07 – Maringá/PR. Cadastro imobiliário: 7070620. CD-Bem: 610002984.

9.9. Garantia exigida do objeto: Prazo mínimo de 05 (cinco) anos de responsabilidade objetiva pela solidez e segurança dos materiais e serviços executados, a partir do recebimento definitivo, conforme art. 7º-A da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.10. Condições de manutenção: Não se aplica.

9.11. Condições de assistência técnica: Não se aplica.

9.12. Deverão ser atendidas as seguintes normas específicas de descarte: Não se aplica.

9.13. Requisitos posteriores à execução: Deverão ser tomadas as providências listadas conforme item 14 – Providências gerais do Projeto Básico.

10. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

10.1. Garantia financeira do contrato: Será exigida a prestação de garantia financeira do contrato no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. A garantia deverá ser prestada em qualquer das modalidades relacionadas no § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, após a assinatura do contrato e em até 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Serviço, exceto no caso da modalidade "seguro-garantia", no qual o prazo para apresentação será de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

10.1.1. Caso o licitante vencedor apresente proposta inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor estimado para a contratação, será exigida garantia adicional, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme § 5º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11. BENEFÍCIO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – MPE

Ampla concorrência – Geral: Não é item exclusivo para MPE, mas tem os benefícios de desempate ficto e prazo para regularidade fiscal. ([Benefícios de Micro e Pequenas Empresas - MPE](#))

ANEXO II ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (SEI nº 7383306)

ANEXO III PROJETO BÁSICO (SEI nº 8416141)

ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO (SEI nº 8406543)

ANEXO V
MODELO DA PROPOSTA (SEI nº 7845339)

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGIME TRIBUTÁRIO/FOLHA DE PAGAMENTO/DATA-BASE DO SINDICATO
(SEI nº 7847243)

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE DESCONTO NÃO LINEAR
(SEI nº 7973049)

ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E CAPACIDADE OPERACIONAL FINANCEIRA
(SEI nº 7855855)

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE TÉCNICA
(SEI nº 7844997)

ANEXO X
MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA
(SEI nº 7849103)

ANEXO XI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE ENQUADRAMENTO DE CONTRATO
(SEI nº 7956557)